



Plano Cooperativo: dádiva ou dívida

Por Nilton Antonio de Souza
Dir. Geral da Convenção Batista Carioca

“Melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho. Porque se um cair, o outro levanta o seu companheiro; mas aí do que estiver só; pois, caindo, não haverá outro que o levante. Também, se dois dormirem juntos, eles se aquestrarão; mas um só, como se aquestrará? E, se alguém prevalecer contra um, os dois lhe resistirão; e o cordão de três dobras não se quebra tão depressa” **Ec 4.9-12.**

As raízes do Plano Cooperativo estão na história dos Batistas do Sul dos Estados Unidos. Eles se tornaram muito fortes e começaram a criar as Juntas: de Missões Nacionais, de Missões Estrangeiras, de Escolas Dominicais e de Beneficência. Com essas e outras organizações que reclamavam sustento, surgiu um sistema bastante lógico e apropriado que estava baseado na ideia do “dízimo dos dízimos”. Assim, em 1925, quando o trabalho de sua Junta de Missões Estrangeiras tinha vários missionários em outras partes do mundo, inclusive no Brasil, foi criado e oficializado o Plano Cooperativo. Esse era um modelo que, naturalmente, estava latente nas mentes dos missionários americanos que atuavam no Brasil. Mesmo assim o plano só foi introduzido em nosso País 34 anos mais tarde, em 1959. Em 1957, numa das salas do Colégio Batista Mineiro, em Belo Horizonte, antes de iniciar a Assembleia da Convenção Batista Brasileira, que naquele ano se realizaria naquela cidade, um grupo de Secretários Executivos de diversas Convenções Estaduais se reuniu com a finalidade de estudar um plano de sustento para as nossas instituições.

Na verdade, o que se desejava era encontrar uma adaptação do “Cooperative Program” dos Batistas do Sul dos Estados Unidos, que lá estava sendo uma bênção. Os debates, em forma de dinâmica de grupo, foram proveitosos. Dali saiu um memorial que foi apresentado à Assembleia Convencional. Ficou decidido que se entregasse a matéria à Junta Executiva da CBB para estudo, cujo resultado seria apresentado na Assembleia seguinte. O memorial ficou registrado nos Anais da Assembleia de 1957: “As igrejas recolhem seus dízimos e ofertas. Do total, retiram uma porcentagem, no mínimo 10%, e a enviam à convenção estadual, conforme o estabelecido pela igreja...”. Baseado nisso é que parte dos nossos dízimos alcança a cidade do Rio de Janeiro, o Brasil e o Mundo; é assim que a cooperação de todos frutifica na unidade e crescimento do povo de Deus. Sejam os fiéis a Deus em nossos dízimos e ofertas, para que a nossa igreja possa ser também fiel na entrega do PC para que Deus seja louvado e conhecido em todos os lugares, como preconiza Atos 1.8: “...Jerusalém, Judéia, Samaria e até aos confins da terra”.

Citando o saudoso Pr. Isaltino: “Cooperação sempre foi uma palavra chave entre nós. Nenhuma igreja, em particular, poderia manter o que a Convenção Batista Brasileira mantém, em termos de missões mundiais e nacionais. Nenhuma igreja, em particular, poderia manter o trabalho de missões estaduais (Missões Rio), como nossas convenções mantêm. Temos mecanismos de promoção do reino que funcionam muito bem quando nos ajuntamos. Por isso que cooperação nos é fundamental. Sem ela ficamos mutilados. Há problemas? Sim, há. E muitos. Mas ao invés de reclamar e de apedrejar, coloquemos os ombros sob a carga, e trabalhemos com afinco. Ela (a Denominação) merece isso de nós.”

O Plano Cooperativo é uma dádiva ou uma dívida? Mesmo que sua igreja tenha assumido o compromisso de participar do sustento denominacional, soa melhor ao coração de Deus e ao nosso de que ele seja uma dádiva, porque “Deus ama quem dá com alegria”! (2Co 9.6). Vamos nessa?!